

A EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL NO BRASIL

ROBERTO SCORSATTO SARTORI (1) ; CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA (2) .

1.AMATA BRASIL, SÃO PAULO, SP, BRASIL; 2.ESALQ/USP, PIRACICABA, SP, BRASIL.

SARTORI@AMATABRASIL.COM.BR

APRESENTAÇÃO ORAL

COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E PREÇOS AGRÍCOLAS

A EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL NO BRASIL

Grupo de Pesquisa 1: Comercialização, Mercados e Preços Agrícolas **Apresentação oral**

Resumo

O propósito deste trabalho é analisar a evolução da certificação florestal no Brasil, avaliando seus custos e desempenhos distintos entre florestas nativas e florestas plantadas. A certificação florestal é o processo pelo qual se verifica se uma floresta, seja ela plantada ou nativa, foi e está sendo manejada de acordo com padrões ambientais, econômicos e sociais pré-estabelecidos. Através da análise interpretativa de dados secundários organizados em tabelas e gráficos, o presente trabalho conclui que: (1) existem vários esquemas de certificação no mundo, sendo que o FSC (Forest Stewardship Council) é o mais utilizado na América Latina, inclusive no Brasil, mas não na América do Norte, na Europa Ocidental, Ásia e Oceânia; (2) a certificação florestal no Brasil teve grande crescimento de 1995 a 2005, passando de cerca de 100 mil hectares para 3,5 milhões de hectares; (3) a maior parte da área florestal certificada no Brasil é composta por florestas plantadas, e as florestas nativas certificadas estão concentradas no Pará e destinadas à exploração madeireira; (4) a certificação florestal comunitária e para produtos não madeireiros ainda é incipiente no Brasil; (5) os custos da certificação por hectare de floresta são decrescentes quanto maior é a área certificada, isto explica as áreas certificadas no Brasil serem de grandes dimensões e possuídas por grandes empresas; (6) tanto florestas plantadas quanto nativas apresentam vantagens na certificação de modo a contornar pressões ambientais nos mercados consumidores.

Palavras-chaves: certificação, florestas, Brasil, custos, desempenho.

Abstract

This paper aims to analyze the evolution of forest certification in Brazil, evaluating its costs and distinct performances between native and planted forests. Forest certification is a

process to verify if a native or planted forest has been managed according to environmental, economic and social outstanding ways. Basing on narrative analysis of secondary dataset organized in tables and graphics, the main findings of this paper are: (1) distinct certification process exist worldwide, and FSC (Forest Stewardship Council) is the most utilized in Latin American, inclusively in Brazil, however North America, Eastern Europe, Asia and Oceania use other certification processes; (2) forest certification has strongly increased in Brazil, jumping from around 100 thousand hectares in 1995 to 3.5 million hectares in 2005; (3) most of forests certified in Brazil are planted forests and the biggest share of certified native forests are located in the State of Para and dedicated to produce roundwood; (4) jointed forest certification and oriented to non-wood production is tiny in Brazil; (5) as large the forest as reduced certification cost per hectare. It helps to explain why most of certified forests in Brazil are large and belong to commercial enterprises; (6) both planted and native forests show advantages from forest certification in order to overcome environmental pressures in consumer markets.

Key Words: certification, forests, Brazil, costs, performance

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da certificação florestal no Brasil, avaliando seus custos e desempenhos distintos entre florestas nativas e florestas plantadas.

A certificação florestal é o processo pelo qual se verifica se uma floresta, seja ela plantada ou nativa, foi e está sendo manejada de acordo com padrões ambientais, econômicos e sociais pré-estabelecidos. O processo deve atestar, de maneira confiável e independente, a adequação especificada pelo órgão credenciador, cujos padrões baseiam-se em três pilares: ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente benéfico.

Dada a importância da preservação e do uso racional dos recursos naturais visando a sustentabilidade do crescimento econômico, a certificação florestal apresenta-se como um instrumento econômico que possibilita a contenção da degradação ambiental e dos problemas sociais, bem como a maior eficiência na cadeia de produção de produtos florestais.

Para as empresas, além da credibilidade atribuída ao produto, o diferencial estabelecido pela certificação a beneficia porque promove sua inserção em novos mercados. Ademais, agências de seguro, financiadoras e investidores consideram positiva a obtenção da certificação e, sobretudo, produtos certificados têm maior valor de mercado.

Contudo, a certificação estabelece uma barreira à entrada, principalmente à produção de pequena escala. Pequenos produtores não possuem estrutura e capital suficientes para cumprir com os padrões exigidos. Tal fato denota uma contradição à parte da proposta da certificação, pois não garante o benefício social. No entanto, buscam-se maneiras para minimizar o impacto sobre o pequeno produtor. Uma proposta é a certificação em grupo.

O consumidor é o elo mais importante para a certificação florestal. A difusão da informação aos compradores de matérias-primas e produtos finais é de suma importância para que se amplie o conhecimento e a procura pelos produtos. A satisfação gerada nesta compra deriva do conhecimento da importância da certificação como garantias futuras de suprimento desses produtos e de melhores condições sociais.

Portanto, a credibilidade gerada ao produtor pelo certificado induz a satisfação do consumidor, promovendo as vendas e elevando a receita da empresa. No entanto, a certificação tem custos, cuja compensação deve ser gerada pelo valor agregado ao produto. Questiona-se, então, a viabilidade da obtenção dos certificados nos diferentes segmentos florestais.

De acordo com o sistema de certificação escolhido, a empresa florestal se depara com peculiaridades distintas. Cada um deles, com padrões específicos, conduzem as empresas a uma série de adequações em suas técnicas de manejo, administração e responsabilidade social. Vale ressaltar que, sendo os princípios gerais da certificação florestal semelhantes para os sistemas de certificação operantes no Brasil, geralmente, empresas já certificadas por um sistema obtêm um novo certificado em outro sistema sem a necessidade de muitas adequações.

De qualquer forma, os custos de adequação interna da empresa, em geral, são maiores que os honorários e taxas pagas ao órgão certificador. Embora, ambos exijam cautela em sua determinação deve-se considerar o tamanho do empreendimento, sua localização e suas necessidades de adequação.

No Brasil, as florestas podem ser classificadas em nativas e plantadas. A certificação tem evoluído de maneira distinta entre elas e esse aspecto ainda não foi avaliado a contento.

2 – REVISÃO DE LITERATURA

A literatura de interesse desse artigo se divide em dois grupos: a que trata das práticas de bom manejo *versus* manejo florestal sustentável; e a que considera os efeitos econômicos da certificação.

O FSC (Forest Stewardship Council) foi o precursor na exposição do “bom manejo”, quando lançou os seus Princípios e Critérios (P&C), estabelecendo práticas que se adotadas no empreendimento florestal o tornaria mais eficiente dos pontos de vista social, ambiental e econômico. No entanto, tal definição deriva do conceito de “manejo florestal sustentável” que, apesar de parecer um termo bastante recente, têm suas origens no século XVII na Alemanha (Viana et al., 2002)

O princípio difundido naquela época objetivava tão somente a capacidade produtiva das florestas, ou seja, a capacidade de renovação dos recursos florestais. Nesse contexto, a frequência de colheita deveria respeitar o incremento de biomassa da floresta - trata-se do período adotado nos Planos de Manejo Florestais Sustentáveis atuais na Amazônia, nos quais se define ciclos de corte entre 25 e 30 anos, pois são extraídos cerca de 25 a 30 m³ de madeira por hectare e o incremento médio anual da floresta é de cerca de 1m³/ha/ano. Segundo Viana et al.(2002), desse princípio derivou os pilares da silvicultura ocidental.

Com o surgimento do termo desenvolvimento sustentável¹ na década de 80, foi atribuída à definição de manejo florestal sustentável uma amplitude maior. O termo incluiria, segundo Viana, et al. (2002), as dimensões sócio-cultural, ambiental e econômica. Portanto, segundo o autor, a definição de “manejo florestal sustentável” difere do “bom manejo” porque o segundo conceito seria somente o caminho para chegar ao primeiro.

¹ O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, a partir do relatório da Comissão Brundtland e estabelecia o respeito ao direito das gerações futuras e a harmonização dos das dimensões sociais, econômicas e ambientais (Viana et al., 2002).

A literatura específica sobre a certificação florestal não é extensa. Isso se deve à recente aplicação desse instrumental econômico como regulador das condições de produção em florestas. Os primeiros certificados para florestas foram emitidos em 1993 pelo FSC. Desde então, diversos trabalhos são realizados, principalmente para a divulgação do sistema em escala mundial. Destaca-se, por isso, a participação das instituições credenciadoras e das próprias certificadoras na elaboração de textos explicativos sobre o processo (ver FSC, 2006; SIMULLA, 2006).

Como o processo de auditoria é bastante complexo e requer profissionais de diversas formações com grande conhecimento, pesquisadores de universidades absorvem funções como membros das equipes de auditoria. Esse contato dinamiza a pesquisa, trazendo para a universidade o ambiente prático necessário para a formação dos futuros profissionais. Os trabalhos gerados nesse âmbito contribuem principalmente com a adequação das normas universais da certificação com as necessidades regionais, não comprometendo sua eficácia.

Em 1996, Viana M. et al. editaram um livro que compreendia em sua amplitude todos os aspectos conceituais sobre o processo de certificação florestal. Neste trabalho, os autores estabelecem um modelo teórico para a relação entre custos e padrão ambiental a ser obtido. O modelo determina que os níveis de manejo florestal não apresentam uma relação linear aos custos de sua obtenção. De acordo com a figura 1, observa-se que existe uma relação côncava entre custos e os padrões ambientais acima do nível mínimo, ou seja, para obter acréscimos decrescentes no padrão ambiental acima de um limite mínimo, a firma incorrerá em custos marginais crescentes.

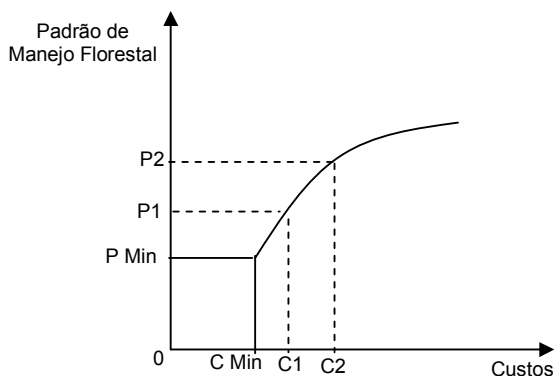


Figura 1 - Custos de certificação

Fonte: Viana M. et al. 1996 p. 125

3 – METODOLOGIA, FONTE DE DADOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esse artigo utiliza dados secundários, organizados em tabelas e gráficos, bem como metodologia expositiva para alcançar o objetivo proposto. Os dados provêm da Food and Agriculture Organization (FAO) e de instituições certificadoras, como o Forest Stewardship Council (FSC).

O trabalho compõe-se de mais quatro seções. A seção 4 expõe os principais esquemas de certificação existentes no mundo. A seção 5 analisa a certificação florestal no Brasil, ressaltando a evolução da área certificada, sua distribuição por estado e por tipo de floresta (plantada ou nativa). A seção 6 elucida os custos da certificação e a seção 7

Observa-se que na América do Norte, os principais processos de certificação utilizados são o CSA/PEFCC e o SFI. Na Europa Ocidental e Oceania, há predominância do uso do PEFCC. O FSC é mais usado na América Latina, Europa Oriental e Central e na África. Na Ásia, o MTCC é o mais usado.

No quadro 1, observa-se o reconhecimento dos certificados florestais entre os principais mercados (países) para produtos certificados. O FSC tem reconhecimento em todos os países considerados, mas não é o único a ser aceito. O FSC e o PEFCC (Pan-European Forest Certification Council) têm caráter de certificador internacional. Com o reconhecimento do CERFLOR por este conselho, como um processo que garante padrões semelhantes aos seus, surgem perspectivas para a maior difusão do selo brasileiro no mercado internacional.

Quadro 1. Reconhecimento de certificados por países compradores de produtos certificados.

País	FSC	PEFC	SFI	CSA	ATFS	MTCC	LEI
Bélgica	X	X	X	X			
Dinamarca	X					X	X
Alemanha	X	X	X	X	X		
Japão	X	X	X	X		X	X
Nova Zelândia	X	X	X	X	X	X	
Suécia	X	X	X	X		X	
Reino Unido	X	X	X	X	X	X	

Fonte: Simulla (2006)

Segundo a FAO, os países citados no quadro 1 representam 25% das importações de produtos de origem florestal e 16% do volume de exportações mundiais de madeiras serradas de não-coníferas, como observado na Tabela 1.

Tabela 1. Importações de produtos florestais e de madeira serrada de países compradores de produtos certificados.

País	Produtos de origem florestal (milhões de US\$)	Madeira Serrada de não-coníferas (milhões de US\$)
Belgica	4.693,7	314,6
Dinamarca	2.266,7	110,3
Alemanha	14.375,3	324,4
Japão	12.903,7	357,8
Nova Zelândia	447,7	14,6
Suécia	2.347,5	130,9
Reino Unido	10.901,8	406,5
Total percentual nas importações mundiais	25%	16%

Fonte: FAO2

É fato que nem todo o volume dessa produção é certificada, no entanto, países que já exigem os selos de certificação para alguns produtos tendem a exigir para todos com o passar do tempo. Vale ressaltar ainda que, em outros países, mercados específicos que exigem certificação tendem a expandir-se e, por isso, a perspectiva da demanda por produtos certificados cresce a cada ano.

5 - A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL NO BRASIL

O desmatamento e o empobrecimento das florestas remanescentes de mais fácil acesso são provas de que as políticas de comando e controle do uso de recursos florestais não são plenamente adequadas. De outro lado, a escassez de madeira no Brasil e a necessidade de gerar retornos monetários aos proprietários e/ou guardiões das florestas levam à necessidade de se pensar em instrumentos de política que estimulem a exploração

das florestas com uso de técnicas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR). Nesse contexto, a certificação florestal surge como opção que pode garantir uma exploração racional dos produtos que a floresta oferece, sem que a mesma seja destruída.

O Forest Stewardship Council é o principal sistema de certificação vigente no Brasil. Com pouco mais de uma década, as áreas certificadas somam 3.601.166 ha., correspondentes a um total de 70 empreendimentos certificados. Na Figura 2, observa-se a evolução dos valores acumulados de áreas certificadas a cada ano. Há crescimento contínuo de áreas florestais certificadas de 1995 a 2003 e um grande aumento em 2004.

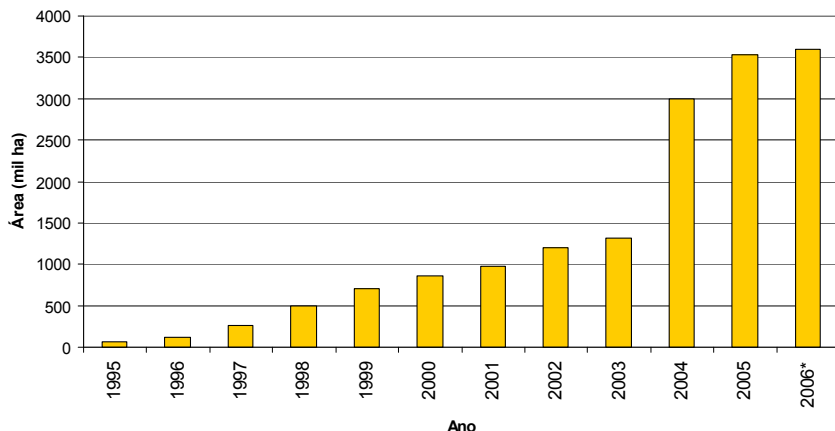


Figura 2. Área total certificada FSC entre 1995 e 2006 (valores acumulados)

Fonte: FSC * Atualizado até julho 2006

Do total certificado, somente 35,9% são áreas de manejo de essências nativas. Trata-se de 1.292.119 ha., número este que corresponde a 0,27% da cobertura florestal do país. Na Tabela 2, observa-se que as áreas com florestas nativas certificadas concentram-se na Região Norte e principalmente no Estado do Pará, onde se concentram 72,7% das áreas nativas certificadas.

A região Norte possui também expressiva importância na produção de madeira certificada proveniente de reflorestamentos. As florestas certificadas no Pará totalizam 427.736 ha, enquanto as regiões Sul e Sudeste possuem aproximadamente 751 mil ha e 817 mil ha., respectivamente. A região Sul destaca-se ainda por um número maior de certificados. Nessa região existem 27 certificados com área média de aproximadamente 28 mil ha., enquanto no Pará a média do tamanho das propriedades é de quase 47,5 mil ha (Tabela 2).

De qualquer forma fica clara a preponderância de empreendimentos de grande porte na obtenção de certificação florestal. Isto reflete uma barreira à entrada na produção de pequena escala cujo capital não é suficiente para cumprir com os padrões exigidos. Prova disto é que, na Figura 3, observa-se a existência de uma pequena parcela das áreas com florestas nativas que são exploradas pelas comunidades (3% do total das florestas nativas certificadas).

Tabela 2. Área total certificada FSC por Estado e Regiões no Brasil.

Região/Estado	Número de certificados	Plantadas (ha)	Nativas (ha)	Total (ha)
Região Centro-Oeste	4	21.028	25.100	46.128
MT	4	21.028	25.100	46.128
Região Nordeste	2	291.618		291.618
BA	2	291.618		291.618
Região Norte	25	427.736	1.266.881	1.694.617
AC	7	0	85.580	85.580
AM	4	0	127.302	127.302
AP	2		14.240	14.240
PA	9	427.736	939.624	1.367.360
RO	3	0	100.135	100.135
Região Sudeste	12	817.342	69	817.411
MG	7	536.294	69	536.363
SP	5	281.048	0	281.048
Região Sul	27	751.324	69	751.393
PR	9	447.503	0	447.503
SC	12	233.201	0	233.201
RS	6	70.620	69	70.689
Brasil	70	2.309.047	1.292.119	3.601.166

Fonte: FSC

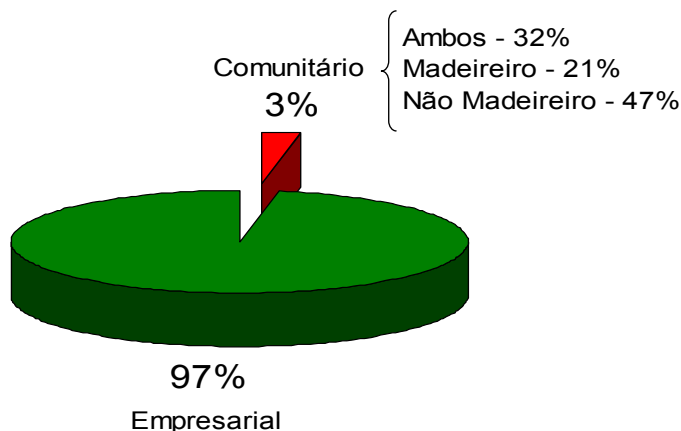


Figura 3. Tipo de organização na produção de florestas nativas

Fonte: FSC

Existe uma grande disparidade entre a exploração de produtos madeireiros e não-madeireiros também na certificação. A produção de frutos, óleos, resinas e erva-mate, certificadas pelo FSC, representa apenas 1,31% da área total certificada e explorada em florestas nativas para produção de madeira (Tabela 3).

Tabela 3. Tipo de produto extraído de florestas nativas certificadas.

Estado	Tipo de produto		
	Madeireiro	Não madeireiro	Ambos
MT	25.100	0	0
PA	37.000	0	0
AC	74.166	0	11.414
AM	125.129	2.173	0
AP	0	14.240	0
MG	0	69	0
PA	902.624	0	0
RO	100.135	0	0
RS	0	69	0
Total	1.264.154	16.551	11.414

Fonte: FSC

Segundo dados do FSC, dos cerca de 80,4 milhões de hectares de florestas certificadas no mundo, 30% são áreas comunitárias. Quando classificados pelo tipo de produto, a porcentagem da produção de produtos certificados não madeireiros é de 30%.

Uma proposta para mudar o quadro de disparidade no Brasil é a difusão de uma iniciativa que já obteve bons resultados em vários outros países. A certificação em grupo, tem por objetivo minimizar os custos da certificação para cada produtor quando o fraciona entre vários.

Vale ressaltar que o consumidor é o elo mais importante para a certificação florestal. A difusão da informação aos compradores de matérias-primas e produtos finais é de suma importância para que se amplie o conhecimento e a procura pelos produtos.

A certificação ainda vive um contexto em que se trata de um nicho de mercado. Para que esta situação se modifique, Adalberto Veríssimo (IMAFLOA, 2005) enumera medidas estratégicas a serem estabelecidas: 1) tornar o Brasil uma referência em produtos certificados diversificando produtos e aumentando a produção; 2) conscientização para que o brasileiro reconheça a importância da certificação florestal, desta forma promovendo a inserção de produtos certificados em mercados internos, tal como o da construção civil; 3) ampliar e dinamizar as cadeias de mercado para produtos não madeireiros; e 4) definir mecanismos legais efetivos para o reconhecimento da certificação em processos licitatórios junto aos órgãos públicos e empresas estatais.

Faz mister salientar que a certificação contribui fortemente para a pesquisa sobre manejo sustentado e utilização eficiente dos recursos de florestas nativas. São relevantes pesquisas como a de monitoramento da dinâmica da floresta, ecologia de população de espécies, impactos potenciais da exploração, avaliações econômicas, dentre outras dentro da temática.

6 – OS CUSTOS DA CERTIFICAÇÃO

Os custos da certificação florestal podem ser divididos em três partes, definidas pelas necessidades do processo de certificação:

- a. Os custos da própria obtenção do certificado, que inclui a auditoria preliminar até o fim do processo, pagos à certificadora;
- b. As necessidades de adequação de manejo sustentável, tal como infra-estrutura, estabelecimento de planos de manejo e adequação às leis;

- c. Os custos referentes à manutenção do certificado, referentes às auditorias para verificação, que ocorrem anualmente.

Segundo levantamento em seis áreas de floresta nativa estabelecidas na América do Central, o valor do primeiro desses custos varia de acordo com o tamanho da área. O valor está entre US\$ 0,45/ha numa área total de 36 mil hectares e US\$10,66/ha em uma área de 750 hectares (Dam, 2003). Ou seja, o custo de obtenção do certificado para cada um dos casos foi de US\$ 16.200 e US\$ 7.995, respectivamente. Os custos de manutenção (item c supracitado) são idênticos para os dois casos, sendo de US\$ 2.000.

Tais valores podem ser comparados aos praticados no Brasil, pois se verificou em estudo realizado com 20 empresas certificadoras na América do Norte que os valores médios não eram muito superiores aos praticados na América Latina, apesar da maior remuneração praticada naqueles países.

7 – VANTAGENS DA CERTIFICAÇÃO: FLORESTAS NATIVAS *VERSUS* FLORESTAS PLANTADAS

Tradicionalmente, os instrumentos visando garantir o uso racional dos recursos naturais no Brasil se classificam como sendo de comando e controle (ver Motta & Young, 1997). Através de tributos, subsídios e autorizações procuram-se definir *o que* pode ser utilizado, *como* pode utilizado, *quando* pode utilizado e *quanto* pode ser utilizado de um recurso natural. No caso do Brasil, esses instrumentos são definidos nos códigos florestal, da fauna, de minas e das águas. Outra maneira de garantir a preservação de parte dos recursos naturais é através do ordenamento do espaço, utilizando-se, por exemplo, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ver Medauar, 2005). A certificação florestal surge como um instrumento a mais para garantir que as legislações ambientais e suas normas sejam cumpridas sem ter um caráter impositivo.

Para conseguir a certificação, o pretendente tem que provar que suas atividades respeitam a legislação ambiental e têm retornos à população que vivem ao redor do projeto. Como vantagem ao certificado, tem-se o acesso ao mercado de clientes ambientalmente conscientes e que não demandam produtos que causam a destruição do meio ambiente ou a deterioração das condições sociais no ambiente de produção.

O Brasil tem um dos menores custos de produção de celulose no Mundo, o que lhe tem proporcionado grande crescimento da produção orientada para o mercado externo (ver Montebello, 2006). No entanto, a indústria nacional de celulose sofre pressões ambientais. Castilho (1994) ressaltou três dessas pressões: (1) restrição ao efeito poluente do uso do gás cloro no branqueamento da celulose; (2) uso de florestas nativas para produção de cavacos; (3) preferência pelo uso de fibras recicladas. O Brasil tem alterado o seu processo de produção de modo a atender a primeira e a segunda restrições supracitadas e só utiliza madeira de florestas plantadas. Mas de modo a antecipar outras pressões ambientais, as empresas de celulose procuram obter a certificação de suas florestas plantadas evitando, assim, outras restrições ambientais no futuro.

Para exploração de matas nativas, o interessado tem que ter um plano de manejo autorizado pela autoridade florestal (o IBAMA, em nível nacional, ou um órgão estadual por ele credenciado). Isto, no entanto, não garante que a exploração florestal foi devidamente conduzida devido à notória falta de fiscalização florestal existente no Brasil. Por isso, a certificação florestal é um documento internacionalmente aceito de que a exploração de florestas nativas foi realizada segundo os procedimentos adequados. Com

essa certificação, os produtos florestais nativos podem ser negociados em mercados ambientalmente conscientes, como o caso de vários países europeus.

8 – CONCLUSÕES

Este trabalho analisou a evolução da certificação florestal no Brasil, discutindo seus custos e desempenhos distintos entre florestas nativas e plantadas. Através da análise interpretativa de dados secundários organizados em tabelas e gráficos, conclui-se que:

- 1) existem vários esquemas de certificação no mundo, sendo que o FSC (Forest Stewardship Council) é o mais utilizado na América Latina, inclusive no Brasil, mas não na América do Norte, na Europa Ocidental, Ásia e Oceania.
- 2) a certificação florestal no Brasil teve grande crescimento de 1995 a 2005, passando de cerca de 100 mil hectares para 3,5 milhões de hectares. O ano de 2004 foi o que apresentou o maior acréscimo de área florestal certificada.
- 3) a maior parte da área florestal certificada no Brasil é composta por florestas plantadas, e as florestas nativas certificadas estão concentradas no Pará e destinadas à exploração madeireira. No Pará também há extensa área de floresta plantada certificada.
- 4) a certificação florestal comunitária e para produtos não madeireiros ainda é incipiente no Brasil;
- 5) os custos da certificação por hectare de floresta são decrescentes quanto maior é a área certificada, isto explica as áreas certificadas no Brasil serem de grandes dimensões e possuídas por grandes empresas;
- 6) tanto florestas plantadas quanto nativas apresentam vantagens na certificação de modo a contornar pressões ambientais nos mercados consumidores.

A certificação pode ser considerada um instrumento adicional para garantir o uso racional de recursos florestais. No entanto, ela não substitui os tradicionais instrumentos de comando e controle do uso de recursos naturais. O que a certificação garante é que as normas de uso dos recursos naturais estão sendo cumpridas pelo certificado.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- CASHORE, B.; GALE, F.; MEINDINGER, E.; NEUSON, D.; **Confronting Sustainability: Forest Certification in Developing and Transitioning Countries**, Yale F&ES Publication Series, Report Number 8, Yale 2006.
- CASTILHO, M.R. **“Barreiras não tarifárias: O caso da imposição de restrições ambientais sobre as exportações brasileiras de celulose e papel”**. 19º prêmio BNDES de Economia. Tese de doutorado em Economia Industrial. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994, 106p.
- DAM, C. **The Economics of Forest Certification Sustainable Development for Whom?** The Latin American Congress on Development and Environment, “Local Challenges of Globalisation”, FLACSO - Quito, Ecuador, 2003.
- FAO, **Global Forest Resources Assessment (FRA 2005)**, relatório final, Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/site/fra2005/en/>, acesso em 18 de dezembro de 2006
- FAO2, **FAOSTAT Databasis**, Disponível em: <http://faostat.fao.org/>, acesso em: 18 de dezembro de 2006.
- FSC, **Relação e empreendimentos florestais certificados**, Disponível em: www.fsc.org.br, acesso em 20 de outubro de 2006.

- IMAFLOA, **Brasil certificado**: a historia da certificação florestal no Brasil, Imaflora, 2005, Piracicaba-SP.
- IMAFLOA1. **II Reunião de atualização do sistema de certificação Imaflora/Smartwood.**, Relatório de Evento. Piracicaba, 2003.
- MEDAUAR, O.; **O ordenamento ambiental brasileiro** . In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virgínia Prado. (Org.). Desafios do direito ambiental no século XXI : estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros Ed., 2005, v. , p. 698-708.
- MONTEBELLO, A. E. **Análise da evolução da indústria brasileira de celulose no período de 1980 a 2005**. Dissertação de mestrado defendida na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 2006.
- MOTTA, R. S., YOUNG, C. E. F. **Projeto Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental. Relatório final**, Ministério do Meio Ambiente, Rio de Janeiro. (1997)
- SIMULLA M., **Apresentação**, Anais do congresso de atratividade de investimentos (ITTO); Curitiba – PR, 23 e 24 de novembro de 2006
- VIANA,V.M.; MAY,P.; LAGO,L.; DUBOIS,OL; GRIEG-GRAN,M. **Instrumentos para o manejo sustentável do setor florestal privado no Brasil**. Londres: IIED, 2002. 90p.
- VIANA, V.M;...[et al.]. **Certification of forest products**: Issues and perspectives. Washington D.C.: Island press, 1996.